

ILUSTRÍSSIMA SENHORA PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPARI - ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - ES



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2.271/2020

REF: EDITAL CONCORRENCIA PÚBLICA Nº 002/2020

**RENATO PIRES DA HORA EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 22.457.930/0001-01,, situada à Avenida Edizio Cirne, 01, Quiosque do Renato, Centro – Guarapari/ES, CEP 29.200-080, neste ato representada por seu representante legal, o Sr. **RENATO PIRES DA HORA**, brasileiro, EMPRESÁRIO INDIVIDUAL, portador da carteira de Identidade sob o n.º 1.985.249 SSP-ES, inscrito no CPF sob o nº 225.136.477-34, residente e domiciliado à Rua Voluntários da Pátria, 75 - Bairro Olaria, Guarapari/ES, vêm, respeitosamente, com fundamento na **alínea “b” do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/1993 e item 11 do Edital de Concorrência Pública nº 002/2020, Processo Administrativo tombado sob nº 2.271/2020**, interpor

## **RECURSO ADMINISTRATIVO**

### **PROPOSTA TÉCNICA**

pelas razões de fato e direito a seguir aduzidas:

#### **1- DA TEMPESTIVIDADE E LEGALIDADE**

Nos termos do disposto na alínea “b” do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/93, cabe recurso administrativo face aos atos administrativos decorrentes do julgamento das

propostas, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura de ata.



A Administração Municipal, na data de 25/06/2020, fez publicar à ata de julgamento das propostas técnicas inerente a Concorrência Pública nº 002/2020, por meio de publicação veiculada no Diário dos Municípios – DOM.

Portanto, o termo final para proposição de recurso em face da decisão proferida pela Municipalidade quanto o julgamento da proposta técnica dar-se-á no dia 03/06/2020, uma vez que o dia 29/06/2020 (segunda-feira) é feriado municipal, restando demonstrada a tempestividade do presente recurso. Portanto, **TEMPESTIVO O RECURSO**.

## 2- DAS RAZÕES E FUNDAMENTOS DO RECURSO

### a) DOS ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA DO LICITANTE RECORRENTE

Em breve e apertada síntese, referente ao Processo Licitatório do **EDITAL CONCORRENCIA PÚBLICA Nº 002/2020**, julgamento da proposta técnica, destacamos somente o trecho da análise referente a licitante:

Licitante	CNPJ	Pontuação por tempo de atuação	Pontuação cursos	Total
Kiosque Carangueira EIRELI.	22457930/0001-01 Data de abertura 15/05/15	0	100	100
<b>Observação:</b> 1 Atestado de Capacidade Técnica do período de 15/09/1992 a 05/09/2007 – Pessoa Física: Renato Pires da Hora. INDEFERIDO; 2 Atestado de Capacidade Técnica do período de 06/09/2007 a 19/03/2020 – Pessoa Jurídica: Renato Pires da Hora ME. INDEFERIDO. O Atestado de Capacidade Técnica Pessoa Jurídica apresentado foi emitido no CNPJ 39272661/0001-01, divergente do Licitante Habilitado inscrito sob o CNPJ 22457930/0001-01; 3 Não foram considerados os cursos que excederam o limite máximo estabelecido na alínea B.1 do item 6 do presente edital; 4 Não foram considerados os cursos que não se enquadram na carga horária prevista na alínea B.1 do item 6 presente edital.				

Cumpre destacarmos que a análise dos documentos do licitante recorrente está equivocada e eivada de vícios.



Como podemos verificar por meio dos documentos apresentados na fase de habilitação, o licitante possui personalidade jurídica legalmente constituída com tipo empresarial designado por Empresário Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI.

Em regra, à este tipo societário, como já discutido amplamente na fase de habilitação, questão até objeto da decisão judicial liminar concedida por meio do Agravo de Instrumento tombado sob o nº AI 5001310-59.2020.8.08.0000, em procedimento licitatório, o EIRELI, se apresenta diante da Administração como todos os atributos de pessoa física, a qual deverá estar inscrita no Registro Comercial (art. 28, II, da Lei nº 8.666/93), expedido em conformidade com os artigos 967 e 968 do Código Civil, visando demonstrar a regularidade da atividade empresarial exercida por ele (empresário individual).

O instrumento convocatório, em seu item 6.3, que versa sobre os documentos necessários para avaliação técnica, traz a seguinte redação:

6.3 – Para o critério de melhor técnica será atribuída pontuação de acordo com os seguintes quesitos:

- a) Tempo de atuação da empresa no mercado na área de atividades pertinentes e compatíveis com os serviços de lanchonete/bar e venda de gêneros alimentícios, mediante apresentação de atestado (s) de capacidade técnica, fornecido (s) por pessoa (s) jurídicas (s) de direito público ou privado, no mínimo de 01 (um) ano e no máximo 25 (vinte e cinco) anos, sendo computado 10 (dez) pontos para cada ano.
- b) Curso de qualificação na área compatível com o objeto licitado, feito pelo responsável legal da empresa licitante, mediante apresentação de certificados/declarações, devidamente expedidos por órgãos competentes, quais sejam: SEBRAE, SENAC, SENAI, PODER PÚBLICO MUNICIPAL, ESTADUAL E/OU FEDERAL e INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR – IES, devidamente autorizadas pelo MEC, emitidos nos últimos 05 (cinco) anos.

A large, stylized handwritten signature in black ink, likely belonging to a representative of the Municipality of Guarapari.

É fato que na etapa de avaliação técnica dos licitantes, a Administração objetiva

selecionar as melhores propostas avaliando-se a experiência técnica de cada licitante para o exercício da atividade.



Como podemos verificar, pela própria leitura dos dispositivos acima transcritos, para avaliar a experiência técnica por decurso do tempo, pretendeu a administração municipal somente considerar a experiência atestada a pessoa jurídica do licitante.

Por outro lado, ainda para avaliar a qualificação técnica da empresa, utilizou cursos de capacitação realizados pelos representantes legais da licitante, critério inerente a pessoa física.

Isso nos permite concluir que a experiência do representante legal da empresa é validada para que lhe seja conferida pontuação por participação de capacitações profissionais, o que pressupõe que os conhecimentos adquiridos pelos representantes legais (pessoa física), beneficiará a atividade comercial da personalidade jurídica licitante.

Posto isto, podemos vislumbrar de forma cristalina que seguramente a experiência temporal do representante legal da licitante também irá somar a qualidade técnica dos serviços que serão prestados, e será pertinente para consecução do objeto lícitado.

Ademais, o licitante é um Empresário Individual, e dele a empresa não se separa, logo, a personalidade jurídica licitante só existirá enquanto o empresário (pessoa física) existir.

Neste mesmo sentido, devemos destacar que não há complexidade na execução dos serviços sob concessão, sendo a licitante empreendedor individual, é certo que o atestado de capacidade técnica apresentado no âmbito do certame, conferem a licitante todos os requisitos técnicos-operacionais exigidos e necessários a consecução do objeto licitando, fazendo jus o EMPRESÁRIO INDIVIDUAL RENATO PIRES DA HORA, a atribuição de pontuação aos Atestados de Capacidade Técnica apresentados.

Destarte, a Comissão equivocou-se ao atribuir apenas 100 (cem) pontos ao licitante, fazendo este jus a revisão de sua pontuação que deverá ser composta da seguinte forma:

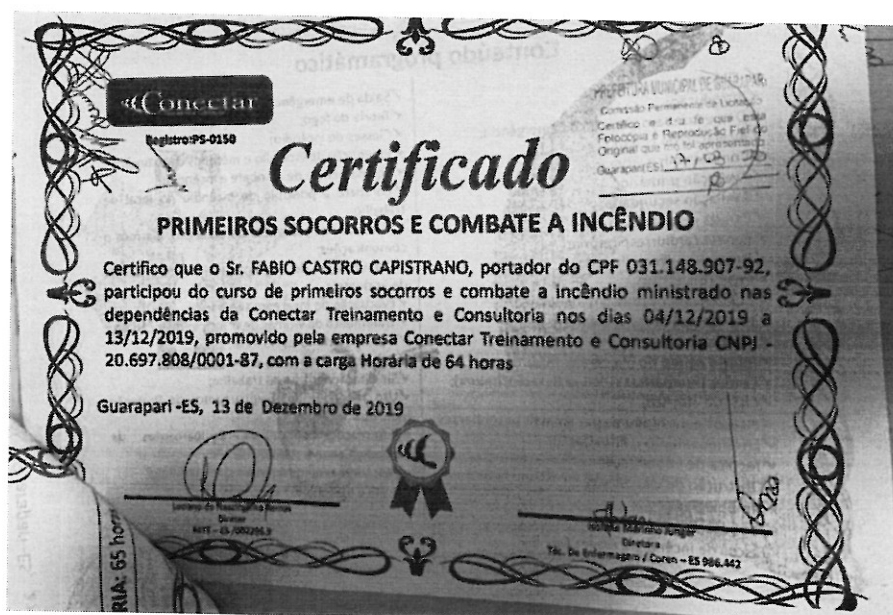


- 1) Tempo de atuação: 250 pontos  
Atestado Período 15/09/1992 a 05/09/2007  
Atestado Período 06/09/2007 a 19/03/2020
  - 2) Cursos: 100 pontos
- Total: 350 (trezentos e cinquenta) pontos.

- b) DA DESCLASSIFICAÇÃO DOS LICITANTES G. A. FILHO QUIOSQUE TREMBÃO ME - CNPJ Nº 06.278.033/0001-84, REPRESENTADA PELO SR. GERALDO ANDRADE FILHO E F C. CAPISTRANO RESTAURANTE ME- CNPJ Nº 23.926.329/0001-83, REPRESENTADA PELO SR. FABIO CASTRO CAPISTRANO

Durante a sessão de abertura dos envelopes da proposta técnica, realizada às 13:30h (treze e trinta horas) do dia 08 de junho de 2020, conforme ata lavrada pela Secretária desta Comissão, a Comissão dos representantes dos licitantes verificou que no envelope do licitante **G. A. FILHO QUIOSQUE TREMBÃO ME**, continham dois Certificados do representante legal do Licitante **F C. CAPISTRANO RESTAURANTE ME**, Sr. Fabio Castro Capistrano, vejamos:





Vejam que ambos foram inseridos pelo licitante G.A. Filho QUIOSQUE TREMBÃO ME, no rol de certificados apresentados no corpo de sua proposta técnica.

ANEXO X  
PROPOSTA TÉCNICA

G. A. FILHO QUIOSQUE TREMBÃO ME, inscrita no CNPJ sob o nº 06.278.033/0001-84, inscrita no Avenida Berra, km. Quilômetro 12, CEP 28.216-410, Praia do Morro, Guarapari/ES, por intermédio de seu representante legal Sr. Genivaldo Anselmo Filho, portador do documento de identidade RG nº 489.736.948/RS, inscrito no CPF sob o nº 125.963.357-46, notou-se que apresenta proposta técnica em conformidade com o Anexo 2 de Edital Concorrentes Públicos nº 005/2020. Sendo assim, segue:

a) Capacidade Capacidade Técnica - Atuação da empresa na área de atividades compatíveis com o objeto

Órgão Expedidor	Período Atendido	Tempo	Nº de pontos
Secretaria Municipal de Turismo Empreendedorismo	2014/2015	24 (quatro) meses	140
Cultura - DETEC	Período de 1 ano	24 (quatro) meses	140
TOTAL			

b) Cursos de qualificação na área compatível com o objeto ofertado, pelo participante legal da empresa licitante, mediante apresentação de certificados/declarações, devidamente expedidos por órgãos competentes, que sejam SEBRAE, SENAC, SENAI, PODER PÚBLICO MUNICIPAL, ESTADUAL, OU FEDERAL e INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR - IES, devidamente autorizadas pelo MEC, anexas nos últimos 90 (noventa) dias.

c) Itens de qualificação na área

Carga Horária do curso	Nº de pontos	Nota máxima de curso	Participação máxima
Cursos no total até 64 horas	68 pontos	68	40 pontos
Descrição do Evento	Data do Evento	Promotora	Duração
Certificação municipal de segurança alimentar e nutricional	09/11/2019	Guarapari/DETAEC	08 hs
Sua empresa por meio do seu gerente marcou despesas fixas e/ou operações	10/09/2019	Sebrae	06 hs
Certificação de sucesso	10/08/2019	Sebrae	12 hs
Certificação de sucesso e treinamento para formar o preço de venda	11/08/2019	Sebrae	01 hr
Curso sobre o sistema de produção de mel para a empresa	05/10/2017	Sebrae	04 hs
Curso sobre o planejamento - gestão de vendas para a empresa	16/11/2017	Sebrae	02 hs
Curso sobre o planejamento - gestão de vendas para a empresa	27/06/2019	Sebrae	04 hs
Curso sobre o planejamento - gestão de vendas para a empresa	05/05/2019	Sebrae	04 hs
Curso sobre o planejamento - gestão de vendas para a empresa	11/05/2019	Guarapari/DETEC	04 hs
Curso de 12 horas até 28 horas	18 (dezoito) pontos	64	40 pontos
Descrição do Evento	Data do Evento	Promotora	Duração
Participação em eventos internacionais	23 a 25/07/2019	Sebrae	16 hs
Participação em eventos nacionais	23 a 25/07/2017	Sebrae	12 hs
Participação em eventos locais	12 a 14/09/2019	Sebrae	12 hs
Participação em eventos em outros estados	21 a 25/07/2019	Sebrae	16 hs
Curso sobre o planejamento - gestão de vendas para a empresa	05 a 09/11/2017	Sebrae	16 hs
Curso sobre o planejamento - gestão de vendas para a empresa	20 a 22/03/2017	Sebrae	15 hs
Curso sobre o planejamento - gestão de vendas para a empresa	20 a 22/03/2019	Sebrae	12 hs
Curso sobre o planejamento - gestão de vendas para a empresa	22 a 23/09/2016	Sebrae	12 hs
Curso sobre o planejamento - gestão de vendas para a empresa	26 a 30/03/2017	Sebrae	16 hs
Cursos de 24 horas até 64 horas	13 pontos	62	36 pontos





Descrição do Evento	Data do Evento	Promotor	Duração
Atividade de ensino	10 a 09/08/2017	Setrus	24 hs
Atividade de ensino - com aulas para alimentação forçada	10 a 25/08/2017	Setrus	24 hs
Curso acima de 60 horas	96 pontos	62	48 pontos
Descrição do Evento	Data do Evento	Promotor	Duração
Atendimento em hotel	03/11/2020	Setrus	63 hs
Promoção de curso	12/12/2019 a 31/01/2020	LINEAD	100 hs
Atendimento ao cliente	16 a 21/12/2019	Conectar	65 hs
Promoção de curso e trabalho a distância	14 a 13/12/2019	Conectar	84 hs
<b>TOTAL</b>			<b>340 pontos</b>

**Cálculo de pontos (NPT)**

Evento	Pontuação
Atividade de ensino na área de atividades compatíveis com o objeto (anos comprovados) ITEM 12.1, e 1	148 pts
Curso de qualificação na área	140 pts
<b>Total de pontos (NPT)</b>	<b>288 PTS</b>

Atenção: Deixado para o devedor em e a quem de direito possa intervir que o dado apresentado seja de acordo com os documentos (certificados e certificados) que seguem anexos, atendendo perfeitamente as exigências do Edital de Concorrência Pública nº 002/2020.

Por ser tudo a expressão da verdade, firmo o presente.

Guarapari, 15 de abril de 2020.

**G. A FILHO OAB/RS TREMBAO ME**  
 CNPJ nº 18.333.000/1-84  
 Gerson André Filho  
 RG nº 18.672.508-5 CPF nº 720.263.337-49

A Comissão Técnica de Avaliação, ao analisar os fatos trazidos registrados em ata e apontados pela Comissão dos Licitantes, proferiu a seguinte decisão:

Quanto a um segundo questionamento, o recorrente afirma em seus apontamentos que "[...] **apresentamos evidências de suposta formação de artifícios e conluio para habilitação de determinados licitantes em detrimento a outros**", as alegações do licitante não se mostram verossímeis diante a ausência de provas e argumentos válidos que demonstram possível conluio, o fato de haver semelhança na formatação do documento apresentado não indica necessariamente que foram formulados conjuntamente, mesmo porque, o modelo da proposta consta anexo ao Edital, assim, o questionamento refere-se a fato isolado, que por si só não indicam possível conluio. Sendo assim, os certificados apresentados erroneamente foram analisados e indeferidos pela Comissão, não computando ponto para os licitantes.

Equivocasse a Comissão em tal entendimento, visto que a verossimilhança das alegações não estão adstritas a semelhança de formatação de documentos

apresentados, e sim ao fato de **"COMO DOCUMENTOS DE UM LICITANTE FORAM PARAR NO ENVELOPE DO OUTRO".**



Sem sobra de dúvida, não devemos questionar isoladamente a similaridade de formatos das propostas, mais sim a situação fática afastada indevidamente pela comissão que merece resposta, pois verificada a conduta, estamos diante de um crime.

Isto porque segundo o artigo 90 da Lei Federal Nº 8.666/93, é crime punível com detenção de dois a quatro anos e multa, a conduta de "frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação.

É fato que ambas as empresas licitantes tinham prévio conhecimento, entre si, das propostas técnicas oferecidas no certame, pois repetimos: **"COMO DOCUMENTOS DE UM LICITANTE FORAM PARAR NO ENVELOPE DO OUTRO?????"**

Conforme dispõe o § 3º do artigo 43 da Lei Federal Nº 8666/93, é possível a realização de diligência para verificação de documentos sempre que necessário, a saber:

§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

*Denat*



A promoção de diligência, neste caso em concreto, não é uma faculdade desta COPEL e sim um DEVER, visto que está claramente demonstrada a existência de irregularidades GRAVISSÍMAS no âmbito do Certame do Edital Nº 002/2020.



Os órgãos licitantes devem ser demasiadamente detalhistas quanto ao conteúdo dos atestados e das informações econômico-financeiras prestadas pelos licitantes, devendo evitar e combater fraudes que advém do uso de documentos com informações inverídicas ou mesmo por meio conluio entre os participantes.

Isto posto, **REQUER** que esta COPEL diligencie de forma a verificar inequivocamente as informações apresentadas, apurando especificamente o fato "COMO DOCUMENTOS DE UM LICITANTE FORAM PARAR NO ENVELOPE DO OUTRO" e ao final, digne-se a **DESCCLASSIFICAR os Licitantes, G. A. FILHO QUIOSQUE TREMBÃO ME, e F C. CAPISTRANO RESTAURANTE ME**, aliando do certame vícios que podem macular todo processo licitatório.

**c) DA PONTUAÇÃO CONFERIDA A LICITANTE YASMIM ATHAYDE REZENDE ME, CNPJ Nº 27.667.547/0001-00, REPRESENTADA PELO SRA. YASMIM ATHAYDE REZENDE:**

Em breve e apertada síntese, destacamos somente o trecho da análise realizada pela Comissão de Avaliação Técnica referente a licitante:

Licitante	CNPJ	Pontuação por tempo de atuação	Pontuação cursos	Total
Yasmim Athayde Rezende ME	27667547/0001-00 Data de abertura 20/09/17	20	100	120
Observação: 1 Não foram considerados os certificados emitidos pelas instituições Conectar Treinamento e Consultoria				

Quanto ao questionamento apontados pelo Sr. Sandoval Silva Capucho, a Comissão julga com IMPROCEDENTE, uma vez que o Atestado de Capacidade Técnica apresentado é o documento original.

*Renato*

Cumpre destacarmos que a análise dos documentos da licitante está equivocada e eivada de vícios vejamos:

- 1) A licitante **YASMIM ATHAYDE REZENDE ME**, apresentou certificados as fls. 2534 a 2545, cujas datas de realização compreenderam períodos



completamente incompatíveis com a realidade lógica, vejamos os seguintes quadros:

DATA DE REALIZAÇÃO DO CURSO 15/01/2020		
PÁGINA DE AUTUAÇÃO	PERÍODO ATESTADO	CARGA HORÁRIA
Fl. 2537	15/01/2020 a 15/01/2020	03 horas
Fl. 2441	15/01/2020 a 15/01/2020	16 horas
Fl. 2542	15/01/2020 a 15/01/2020	14 horas
Fl. 2543	14/01/2020 a 15/01/2020	14 horas
	<b>TOTAL:</b>	<b>47 HORAS</b>

DATA DE REALIZAÇÃO DO CURSO 16/01/2020		
PÁGINA DE AUTUAÇÃO	PERÍODO ATESTADO	CARGA HORÁRIA
Fl. 2536	16/01/2020 a 16/01/2020	03 horas
Fl. 2538	16/01/2020 a 16/01/2020	03 horas
Fl. 2539	16/01/2020 a 16/01/2020	03 horas
Fl. 2540	16/01/2020 a 16/01/2020	15 horas
Fl. 2546	16/01/2020 a 16/01/2020	40 horas
	<b>TOTAL:</b>	<b>64 HORAS</b>

DATA DE REALIZAÇÃO DO CURSO 17/01/2020		
PÁGINA DE AUTUAÇÃO	PERÍODO ATESTADO	CARGA HORÁRIA
Fl. 2534	17/01/2020 a 17/01/2020	03 horas
Fl. 2545	17/01/2020 a 17/01/2020	30 horas
	<b>TOTAL:</b>	<b>33 HORAS</b>

Isto posto, podemos concluir que caso os certificados sejam autênticos, a licitante fraudou a execução dos cursos nas plataformas virtuais dos órgão emites, pois nem que a representante legal da licitante passasse as 72 (setenta e duas) horas compreendidas entre os dias 15/01 a 17/01/2020 assistindo aulas

online, poderia ter cumprido uma carga horária de 144 (cento e quarenta) horas em três dias.



**Presidente, é logicamente impossível!**

Outrossim, o licitante merece ter seus certificados INDEFERIDOS, sendo-lhe suprimidos a PONTUAÇÃO DE CURSOS, devendo esta passar de 100 (cem) pontos para 00 (zero) pontos.

**Assim sendo, o recorrente requer a revisão da pontuação da licitante YASMIM ATHAYDE REZENDE ME que deverá passar a ser composta da seguinte forma:**

**3) Tempo de atuação: 20 pontos**

**4) Cursos: 00 pontos**

**Total: 20 (vinte) pontos.**

### **3- DOS REQUERIMENTOS**

Ante o exposto, requer a Vossa Senhoria que:

- 1) sejam recebidas as presentes razões e encaminhadas à autoridade competente para sua apreciação e julgamento, em conformidade com os parágrafos 2º e 4º do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/1993, concedendo efeito suspensivo ao julgamento das propostas aqui impugnada até julgamento final na via administrativa;
- 2) digne-se a conhecer as razões do presente RECURSO ADMINISTRATIVO, dando-lhe PROVIMENTO, culminando assim com a revisão da pontuação da proposta técnica do licitante recorrente, **RENATO PIRES DA HORA EIRELI**, lhe atribuindo os pontos de direito, quais sejam 250 (duzentos e cinquenta) pontos referente ao tempo e atuação e 100 (cem) pontos referente a Cursos, **totalizando 350 (trezentos e cinquenta) pontos**, como medida da mais transparente Justiça!
- 3) esta COPEL diligencie de forma a verificar inequivocamente as informações apresentadas, apurando especificamente o fato "COMO DOCUMENTOS DO LICITANTE F. C. CAPISTRANO RESTAURANTE ME FORAM PARAR NO

ENVELOPE DO LICITANTE G. A. FILHO QUIOSQUE TREMBÃO ME" e ao 13  
final, digno-se a **DESCCLASSIFICAR** os Licitantes, G. A. FILHO  
**QUIOSQUE TREMBÃO ME**, e F C. CAPISTRANO RESTAURANTE ME,  
alijando do certame vícios que podem macular todo processo licitatório.



- 4) digno-se a reconhecer as irregularidades no conteúdo dos certificados apresentados às fls. 2534 a 2545, e proceda a revisão da pontuação da proposta técnica da licitante **YASMIM ATHAYDE REZENDE ME**, lhe atribuindo somente os pontos de direito, quais sejam 20 (vinte) pontos referente ao tempo e atuação e 00 (zero) pontos referente a Cursos, **totalizando 20 (vinte) pontos**, como medida da mais transparente Justiça
- 5) Outrossim, lastreada nas razões recursais, requer-se que a Comissão de Licitações reconsidere sua decisão e, não sendo este o entendimento, faça este recurso subir, devidamente informado, à autoridade superior, em conformidade com o parágrafo 4º, do artigo 109, da Lei nº 8.666/1993, observando-se ainda o disposto no parágrafo 3º do mesmo artigo.

Nestes termos, aguarda Deferimento.

GUARAPARI/ES, 1º de julho de 2020.

**RENATO PIRES DA HORA EIRELI**  
CPF nº 225.136.477-34

